

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

ALIMENTOS

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Tainã Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Copo: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiário de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nery, Rosa Maria de Andrade

Alimentos / Rosa Maria de Andrade Nery. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5065-180-0

1. Ação de alimentos 2. Ação de alimentos – Brasil 3. Alimentos (Direito) 4. Alimentos (Direito) – Brasil I. Título.

20-32640

CDU-347.615(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Alimentos : Direito civil 347.615(81)
Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Sumário

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	5
1. ALIMENTOS: LOCALIZAÇÃO DO TEMA.....	21
1.1. A vida, a liberdade e a obrigação alimentar	26
1.2. Conceito, abrangência e natureza da prestação	29
1.3. Variedade de elementos que compõem a prestação alimentar	31
1.3.1. Alimentos – víveres	32
1.3.2. Alimentos – moradia	33
1.3.2.1. Usucapião em favor do cônjuge ou companheiro que permanece no imóvel de propriedade de ambos	36
1.3.2.1.1. Abandono do lar.....	37
1.3.3. Alimentos – educação.....	38
1.3.3.1. Alimentos – educação: quanto e até quando?.....	39
1.3.4. Alimentos – saúde.....	43
1.3.4.1. A dependência do menor sob guarda ao plano de saúde do guardião	45
1.3.5. Alimentos – lazer	50
1.3.6. Alimentos – manutenção de animais de estimação, transporte, guia ou terapia (veterinário, alimentação).....	50

1.3.7.	Alimentos – transporte	51
1.3.8.	Alimentos – vestuário.....	52
1.3.9.	Alimentos – despesas extras decorrentes do zelo com os filhos e dependentes	53
2.	ALIMENTOS E A DEFESA DA VIDA	55
2.1.	Dever de correção	57
2.2.	Comportamento de boa-fé e comportamento segundo a boa-fé.....	58
2.3.	Comportamento de má-fé do devedor e do credor de alimentos.....	65
2.4.	Direito à vida (<i>sobrevivência digna</i>)	67
2.5.	Direito à liberdade.....	70
2.6.	Dever de sustento	73
2.7.	Os hipossuficientes.....	74
2.8.	Prisão civil: alternativas	77
2.9.	Prisão civil – dívida alimentar – Pacto de San José da Costa Rica	80
3.	QUANTO À RAZÃO DE SER DA OBRIGAÇÃO.....	83
3.1.	A lei.....	85
3.1.1.	Obrigações legais e parentesco	86
3.2.	O fato	88
3.3.	O ato ilícito	92
3.3.1.	Ilícitude civil e penal por descumprimento de dever de zelo e cuidado	92
3.3.2.	Ilícitude pela prática de crime	93
3.3.3.	Alimentos devidos em virtude de responsabilidade objetiva do Estado.....	95
3.4.	O negócio jurídico	100

3.5.	O vínculo de parentesco (sanguíneo, civil ou por outra origem).....	101
3.6.	O vínculo de casamento.....	103
3.7.	O vínculo decorrente de união estável	105
3.8.	O comando do testador	107
4.	A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E SUA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA.....	111
4.1.	Quanto à natureza (ou extensão): alimentos necessários (naturais) e convenientes (civis).....	113
4.2.	Quanto à finalidade ou configuração: ordinários (regulares) ou provisionais; compensatórios.....	114
4.3.	Quanto à época da prestação, ou à exigibilidade no tempo: provisórios, antecipados, definitivos, temporários, ou transitórios, cumulados, gravídicos, alimentos pretendidos por dependentes de ausentes, alimentos pretendidos em inventário, alimentos pretéritos e futuros	122
4.4.	Quanto à qualidade do alimentante: alimentos prestados pelo obrigado originário, pelo sucessor, pelo civilmente designado, em solidariedade, pelo sucessor parente em grau seguinte	129
4.5.	Quanto à origem: conjugais, legítimos, contratuais ou convencionais, testamentários e indenizatórios, recíprocos....	131
4.6.	Quanto à forma de concessão: alimentos judiciais e extrajudiciais.....	133
5.	O ALIMENTANDO.....	135
5.1.	Cônjuge alimentando	137
5.2.	Companheiro alimentando	144
5.3.	Parente sanguíneo em linha reta alimentando	148

5.4.	Parente civil em linha reta.....	150
5.5.	Parentes em linha reta por relação de afetividade.....	155
5.6.	Filiação por reprodução assistida (heteróloga e homóloga) ...	163
5.7.	Titulares de direito por relações de cuidado (guarda, tutela, curatela e outras posições jurídicas familiares)....	165
5.8.	Idade de filhos capazes, com 18, 21 ou 25 anos	169
5.9.	Idosos sem recursos próprios e idosos com mais de 80 anos (natureza da obrigação)	173
5.10.	Alimentandos parentes colaterais (por vínculo sanguíneo, civil ou de outra origem).....	176
5.11.	Alimentandos gerados, mas não nascidos e alimentandos ainda não gerados	177
5.12.	Credor de alimentos por responsabilidade civil.....	180
5.12.1.	Credor de alimentos por danos decorrentes de maus-tratos domésticos.....	184
5.13.	Credor de alimentos por inabilitação para o trabalho (CC 950).....	187
5.14.	Terceiro beneficiário (de encargo ou de negócio jurídico em favor de terceiro).....	190
5.15.	Legatário de alimentos.....	190
5.16.	Parceiro de união homoafetiva.....	194
5.17.	Membros de entidade familiar	198
5.18.	Alimentando incapaz	198
5.19.	Alimentando concubino	199
6.	O ALIMENTANTE	201
6.1.	Vínculo de parentesco: obrigação conjunta ou solidária (CC e Eld)?	203

6.2.	Prova do estado familiar, da proximidade do parentesco, da dependência e da possibilidade do alimentante	206
6.3.	Cônjuge/companheiro	210
6.4.	A ocorrência de situações de fato em que há núcleos multifamiliares responsáveis pela vida, zelo e subsistência do alimentando	213
6.5.	Improviso na solução de problemas que decorrem de técnicas novas de reprodução	213
6.6.	O CNJ dá a pauta sobre juridicidade da união homoafetiva.....	216
6.7.	O CFM dispõe sobre a possibilidade de RA (reprodução assistida) em união homoafetiva.....	222
6.8.	Criopreservação de gametas ou embriões	222
6.9.	Gestação de substituição (doação temporária de útero)...	224
6.10.	Registro civil de filhos de entidades familiares formadas por casais homoafetivos.....	225
	6.10.1. Registro civil e identidade individual.....	226
	6.10.2. Necessidade de discussão do tema no ambiente democrático adequado	227
6.11.	Devedor por responsabilidade civil.....	228
7.	A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	231
7.1.	A obrigação alimentar	233
7.2.	Variados momentos de cumprimento da prestação alimentar	233
7.3.	Obrigação alimentar que se define por sentença com a cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . A atualidade da necessidade e da possibilidade.....	234
7.4.	Obrigação alimentar que se define por sentença com prestações certas. Desdobramentos do cumprimento integral da obrigação alimentar.....	235

7.5.	Prestações sucessivas mensais.....	236
7.6.	Prestações que se impõem em momentos incertos	238
7.7.	Prestação única	239
7.8.	O transcurso do tempo e a qualidade do inadimplemento	240
7.9.	Inadimplemento absoluto e relativo	241
7.10.	O direito de reembolso	247
7.11.	A sucessão da obrigação de alimentar.....	253
7.12.	Prestação alimentar que decorre de contrato gratuito	260
7.13.	Prestação alimentar que decorre de testamento.....	261
7.14.	Prestação solidária.....	263
8.	O CRÉDITO DE ALIMENTOS E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	267
8.1.	Credor de alimentos: crédito preferencial	269
8.1.1.	Honorários de profissional liberal.....	270
8.2.	Gestão de negócio.....	272
8.3.	O surgimento da necessidade alimentar.....	274
8.4.	Direito a alimentos: personalíssimo, irrepitível, incomunicável, inalienável, impenhorável, imprescritível.....	274
8.4.1.	Direito personalíssimo, mas sujeito ao direito de crescer	275
8.4.2.	Irrepetibilidade da prestação alimentar	277
8.4.3.	Incomunicabilidade da prestação.....	278
8.4.4.	Inalienabilidade da prestação.....	278
8.4.5.	Impenhorabilidade da prestação e dos recursos que garantem alimentos	282

8.4.6.	Imprescritibilidade do direito. Prescritibilidade da prestação	291
8.4.7.	Alternatividade do crédito alimentar	296
8.4.8.	Irrenunciabilidade do direito a alimentos	299
9.	ASPECTOS QUE SERVEM DE BASE PARA A CARACTERIZAÇÃO DO QUANTUM DA VERBA ALIMENTAR.....	301
9.1.	O <i>quantum</i> da verba alimentar	303
9.2.	Recursos advindos do salário: são exclusivos ou compõem o patrimônio da comunhão parcial?.....	307
9.3.	Nascimento de novo filho: alteração da situação econômica do alimentante	311
9.4.	Filhos que permaneceram com a mãe. Pai, único provedor da família, que ostenta sinais de riqueza e paga como e quando quer	313
9.5.	Que bens compõem a renda que é base do valor dos alimentos.....	313
9.6.	Fundamentação de decisão que afasta a alegação de incapacidade financeira do devedor	316
10.	COMPORTAMENTO DESLEAL DO ALIMENTANTE	323
10.1.	Sanção pelo atraso.....	325
10.2.	Simulação e obrigação de prestar alimentos.....	325
10.3.	Meia-verdade de vínculos familiares.....	329
11.	MECANISMOS PREVENTIVOS E COMPULSIVOS PARA O ADIMPLENTO DA OBRIGAÇÃO FAMILIAR	331
11.1.	Momento atual do direito de família	333
11.1.1.	A questão patrimonial da família.....	335
11.2.	O pacto antenupcial	338

11.3. Previsibilidade do desfazimento do casamento: nulidade, separação, divórcio	340
11.3.1. Pré-liquidação de danos.....	344
11.3.2. Advento de filhos	345
11.3.3. Previsão de alimentos	346
11.4. O regime de bens	346
11.5. O bem de família e a doação <i>propter nuptias</i>	346
11.6. Reserva de aluguéis de prédios do alimentante	348
11.7. Constituição de garantia real ou fidejussória e de usufruto (L 6.515/77 21)	348
11.8. Uso, usufruto, renda, habitação, fideicomisso e superfície... 349	
12. PENSÃO E ALIMENTOS: RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	359
12.1. A responsabilidade pela declaração de dependência do pensionista	361
12.2. Previsão de pensão igual para todos os dependentes.....	365
12.3. A expressão do tema como elemento de interesse de direito tributário.....	370
12.4. As várias dimensões do direito a alimentos	373
12.5. Concubinato de longa duração gera direitos previdenciários – Rateio de pensão	375
12.6. Pensão por morte.....	376
12.7. Benefícios sociais	378
12.8. Pensão por morte de filho, requerida pela mãe.....	382
12.9. Prova: dependência, beneficiário, pensão previdenciária ...	384

13. TIPOS PENAIS E ILÍCITOS CIVIS QUE PODEM DECORRER DO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR OU DETERMINAR A URGÊNCIA DE FIXAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTAR	403
13.1. A família e a Justiça Penal	405
13.2. Abandono afetivo, maus-tratos e socorro pessoal	406
13.2.1. Tendências jurisprudenciais	412
13.3. Abandono material	420
13.4. Abandono intelectual e moral	432
13.5. Bigamia	437
14. IMPLICAÇÕES DO DEVER DE ZELO E CUIDADO QUE TAMBÉM TÊM EFEITO COLATERAL QUANTO AO DEVER DE ALIMENTOS.....	443
14.1. Conceito ampliado de alimentos.....	445
14.2. Alimentos-saúde e o conflito religioso e cultural	446
14.3. Alimentos-educação e o conflito religioso e cultural	448
14.4. Alimentos-lazer e o conflito religioso e cultural.....	449
15. PATRIMÔNIO QUE DÁ SUPORTE À PRESTAÇÃO ALIMENTAR.....	451
15.1. Condições pessoais e patrimoniais do obrigado	453
15.2. Na ação de alimentos a urgência é a efetivação da ordem de cumprimento da prestação alimentar	456
15.3. O empregado sem vínculo trabalhista – profissional liberal	458
15.4. O adimplemento feito por meio do recebimento de alugueres e de outras rendas.....	460
15.5. O patrimônio do alimentante sócio de sociedades civis e empresariais.....	463

16. DIREITO DE ALIMENTOS E PROCESSO CIVIL.....	465
16.1. Ações de estado.....	467
16.1.1. Ação de alimentos cumulada com investigação de paternidade/maternidade	469
16.2. A urgência do recebimento dos alimentos e o trâmite de ações de família.....	470
16.3. Pensão provisória durante o trâmite de divórcio ou de outras modalidades de término da sociedade conjugal ...	472
16.4. Pretensão externada depois da morte do alimentante....	475
16.5. Pretensão de divórcio, ou separação ou extinção de união estável e destituição do poder familiar: duas ações cumuladas com pretensão de alimentos.....	479
16.6. Ação de alimentos: prova e rito procedimental	482
16.7. Ação ajuizada por dependência ou consequência de outra de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável	485
16.8. Títulos executivos, execução e cumprimento de sen- tença	490
16.8.1. Títulos executivos judiciais	493
16.8.2. Títulos executivos extrajudiciais.....	497
16.9. A sentença estrangeira com ordem de cumprimento de obrigação alimentar.....	505
16.10. Alimentos e os recursos para os tribunais superiores	508
16.11. Precatórios de alimentos: mecanismo a serviço do credor privilegiado	513
16.12. Medidas coercitivas de qualidade especial.....	517
16.12.1. Protesto de sentença ou da decisão interlocutó- ria – obrigação (CPC 528 § 1º).....	517

16.12.2. A desconsideração da personalidade jurídica e seu procedimento (CPC 133 a 137)	518
17. PECULIARIDADES PROCESSUAIS DAS AÇÕES QUE VISAM A SATISFAÇÃO DE PRETENSÃO ALIMENTAR.....	521
17.1. O Ministério Público, a Defensoria Pública e a representação do alimentando	523
17.2. Situações de fato que alteram o volume econômico da pretensão: guarda alternada, guarda compartilhada, pretensão de separação e destituição do poder familiar (conexão de ações ou pedidos cumulados)	528
17.3. Guarda alternada; guarda compartilhada e pensão	530
17.4. Competência para a ação e execução de alimentos	532
17.5. Prestações antigas.....	535
17.6. Pretensão de oferta, exoneração ou redução dos alimentos	537
18. LEGITIMIDADE DE PARTE: ÔNUS PROBATÓRIO.....	549
18.1. A dinâmica do ônus probatório da situação jurídica familiar.....	551
18.2. A procriação, relação de ascendência e descendência: parentesco em linha reta (CC 1591)	556
18.3. O parentesco natural (sangue); civil (adoção) e por <i>outra origem</i> . Prova da outra origem	559
19. LEGITIMIDADE DE PARTE DE QUEM NÃO É NASCIDO ...	563
19.1. O <i>nascituro</i>	565
19.2. A reprodução assistida	570
19.3. Laços afetivos com a criança que se está gestando	572
19.4. Peculiaridades do registro civil.....	572

20. RESTRIÇÕES CIVIS PELO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	577
20.1. Proibição de participar em licitações públicas	579
20.2. Restrição de crédito: mau pagador; maus antecedentes.	579
20.3. Honorabilidade ilibada e perda e suspensão do poder familiar	583
21. PATRIMÔNIO QUE DÁ SUPORTE À PRESTAÇÃO ALIMENTAR	585
21.1. Condições pessoais e patrimoniais do obrigado	587
21.2. O alimentante em estado de falência ou em recuperação judicial	589
22. PRISÃO CIVIL DE ALIMENTANTE	591
22.1. Obrigação civil de alimentar e prisão civil por alimentos: procedimento da execução de alimentos e a ordem de prisão	593
22.2. Qual dívida justifica o encarceramento civil?.....	597
22.3. Afastado o decreto prisional, o débito pode ser cobrado?	603
22.4. A prisão obedece às regras do direito penal?	606
22.5. O encarceramento se dá em lugar especial?.....	608
22.6. Impossibilidade financeira. Matéria a ser analisada em HC?	610
22.7. Pagamento parcial e em tempo, modo e quantidade diversa daquela ordenada pelo juiz não é apto a afastar a regularidade do decreto prisional.....	611
22.7.1. Prisão e prestação alimentar parcialmente <i>in natura</i>	613
22.8. Devedor com patrimônio exclusivamente impenhorável	615

23. QUESTÕES SOBRE A FIXAÇÃO DE ALIMENTOS E SATISFAÇÃO DO CRÉDITO.....	625
23.1. Alimentando que depende do patrimônio do ausente para satisfazer seu crédito	627
23.2. A sentença de alimentos faz coisa julgada? Pode ser revista?	628
23.3. O valor da prestação alimentar pode ser revisto?.....	630
23.4. Ônus probatório da possibilidade de prestar alimentos ...	634
BIBLIOGRAFIA.....	639
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	653
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	693